

SEMINÁRIO TEMÁTICO “*URBANIDADE(S)*”
IMPRESSÕES DIGITAIS DA URBANIDADE

Romulo Krafta

Departamento de Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

krafta@ufrgs.br tel +5133083550

Resumo

A possibilidade de extensão do conceito original de urbanidade, para abarcar propriedades e características da forma e do espaço urbanos é discutida, resultando na indicação de algumas formas alternativas de relação entre comportamento humano e cidade. Dessas, a interação entre indivíduos que produzem a cidade é examinada, dada a sua condição peculiar de constituir uma interação através do tempo, sem a co-presença. Algumas características da, então denominada urbanidade da forma, são examinadas.

Palavras-chave: urbanidade, morfologia urbana, sistemas urbanos

Abstract

The paper discusses the possibility of expanding the original concept of urbanity in a way to include properties of urban form and spaces, leading into the proposition of alternative forms of relation of human behaviour and the city. Amongst those and due to its particular temporal condition, the interaction between agents engaged in the production of the city is examined without taking the subject of co-presence into account. Finally, aspects of the “urbanity of form” here proposed are discussed.

Key words: urbanity, urban morphology, urban systems

Introdução

Meu propósito é examinar a validade do enunciado teórico que propõe “uma urbanidade da forma”, um alargamento do conceito tradicional de urbanidade para abranger propriedades e atributos da cidade. Como se sabe, o conceito original situa urbanidade no campo do comportamento, equiparada a civilidade, cortesia, ou seja, comportamento social virtuoso, próprio de *urbanitas* educados. A ampliação do conceito envolveria admitir o ambiente urbano como parte integrante e influente nas relações entre pessoas, ou até mesmo como expressão autônoma de urbanidade. Para levar a cabo meu intento pretendo realizar operações lógicas a partir dos

conceitos existentes e suas combinações, de maneira a explorar possibilidades de extrair elementos pertencentes simultaneamente ao universo da forma urbana e do comportamento social urbano.

A definição original de urbanidade envolve juízo de valor (cortesia, civilidade são expressões ligadas a um comportamento virtuoso, socialmente desejável) e, como tal, admite variações no espaço e no tempo. Urbanidade, ao mesmo tempo *evoluiria* com o tempo, permitindo que uma mesma sociedade considere diferentes padrões de virtuosismo quanto ao comportamento de seus membros, e *diversificaria* no espaço, permitindo que num determinado momento, certos comportamentos sejam considerados virtuosos em alguns lugares e não em outros. Qualquer que seja o código de comportamento considerado aceitável, urbanidade envolve algum tipo de comunicação entre pessoas, seja por interlocução direta, seja por interação indireta. No primeiro caso, a urbanidade seria expressa na forma socialmente aceitável de uma pessoa tratar outra, no segundo caso ela estaria implícita no comportamento individual de uma pessoa na presença de outras, que testemunham esse comportamento e o legitimam. Mais adiante vou argumentar que essa interação indireta à presença de outros também pode ser deslocada no tempo, quando então constituiria uma evidência interessante de urbanidade dos lugares. Esta forma peculiar de expressão de urbanidade, que vou chamar de *urbanidade da forma*, constituirá o tema principal deste trabalho.

Medidas de urbanidade

A noção de comportamento socialmente aceitável envolve algum tipo de diferenciação para o inaceitável, e as diversas situações ambíguas entre esses extremos. Isso poderia ser tratado de diferentes formas, como por exemplo, uma *escala de valores*, um ou mais *cortes* definindo limites entre aceitável e inaceitável, ou, na forma mais simples, assumindo que um *padrão de comportamento* verificável é a expressão local e temporal de urbanidade da sociedade que o pratica e que eventuais desvios são simplesmente desconsiderados.

A primeira alternativa envolve uma escala de virtude, por assim dizer, já que cada situação demanda uma medida, seja qualitativa ou quantitativa, da urbanidade dos indivíduos presentes num determinado lugar e momento. Essa medida envolve parâmetros próprios de cada lugar e cada tempo, o que torna o procedimento

dependente de um *adocismo* pouco confiável como referência genérica, embora 'por dentro', ou seja, em situações empíricas específicas essa referência possa ser clara.

A segunda alternativa, de estabelecer fronteira entre o virtuoso e o vicioso, é, na verdade, um caso de *fuzzy set*, um procedimento de verificar o grau de pertencimento de uma ação qualquer a um tipo de ação considerada padrão de urbanidade. A dificuldade desse procedimento pode ser avaliada pela quantidade de ações de urbanidade típicas dos ingleses (Fox, 2005), conforme as circunstâncias: a) evitar obstruir o deslocamento de outros (em situações de grande impessoalidade), b) sinalizar o reconhecimento genérico, c) sinalizar o reconhecimento individual, d) cumprimentar, e) cumprimentar e trocar comentários sobre as condições do tempo (situação de menor impessoalidade). Podem ser as mesmas pessoas que, entretanto, desenvolvem diferentes padrões de interação conforme a situação. Qualquer uma delas no lugar e no momento errados deixam de ser virtuosas e podem cruzar a fronteira do vício.

A terceira alternativa, mais inclusiva e próxima do senso comum, pressupõe que todo mundo, em princípio, age segundo regras aceitáveis de comportamento, salvo exceções. Por esse caminho a mensuração da urbanidade deixa de ser qualitativa - boa ou má (a urbanidade não é nem boa nem má, ela simplesmente é), presente ou ausente (sempre está presente), quantitativa (manifesta-se por padrões diferenciados, e não por diferentes graus intensidades), ou mesmo pela simples presença ou ausência (sempre está presente, mesmo quando não há pessoas) já que o padrão de comportamento verificado em cada lugar é em si a manifestação de urbanidade própria do lugar, nem mais nem menos.

Passando a navalha de Ockham, esta seria a melhor medida; entretanto ainda assim essa simplicidade encerra complicações. Haverá, obviamente, diferentes tipos ou padrões de urbanidade. Isso evidentemente não elimina a possibilidade de cada indivíduo, particularmente arquitetos, desenvolver preferências quanto a esses tipos e padrões, colocando-os em escalas ou rankings que incluem tanto padrões verificados quanto imaginados. Não é minha intenção perseverar nesse caminho, visto que me depararia inexoravelmente com outras escalas e outros rankings, cuja defesa, assim como as que eu organizaria, dependeria de uma ideologia de suporte. Prefiro, em vez disso, explorar as relações entre diferentes tipos de urbanidade e seus contextos urbanos, na perspectiva de cumprir a tarefa proposta, sem em momento

algum diminuir ou anular a relevância que as preferências podem ter, particularmente para arquitetos, no Desenho e Planejamento Urbano.

Tipos de urbanidade

Visto que a urbanidade tradicional, verificada no âmbito das relações entre pessoas, é a que menos interessa aqui, mesmo que dela tenha derivado uma noção instrumental capaz de ser aplicada em outras situações, cabe examinar justamente a extensão dessa noção para abranger, de alguma maneira, a forma e o espaço urbanos. Três situações são então identificadas: a) a já citada possível influência da forma urbana na interação entre indivíduos, b) a interação entre indivíduos isolados e os lugares, na presença e testemunho direto ou indireto de outros indivíduos, e c) a forma urbana tomada como manifestação de um comportamento social, petrificado, por assim dizer. O *primeiro caso* sugere, primeiro, um determinismo espacial, por meio do qual se estabelecería uma cadeia de eventos que culmina com manifestações de urbanidade, mas que teria como um ou mais elos a condição material e espacial dos lugares. Em segunda instância é possível supor o relaxamento da condição de determinismo, quando as particularidades dos lugares funcionariam como facilitadores, ou encorajadores de urbanidade. De qualquer maneira, a urbanidade referida ainda é a tradicional, realizada através da interação direta entre indivíduos, para a qual o lugar agiria simplesmente como suporte e facilitador.

O *segundo caso* envolve interação indireta, aquela em que os indivíduos assumem estarem sendo observados por outros no seu comportamento em relação aos lugares; envolveria o uso socialmente adequado dos lugares. Isto decorre do fato de que, mesmo não havendo comunicação direta entre indivíduos, as diversas formas de cada um desenvolver sua prática particular no interior da cidade, na presença de outros, ou mesmo na possibilidade da presença de outros, pressupõe um padrão comportamental que inclui maneira de vestir, de andar e, evidentemente, de usar a cidade, visto como expressão de urbanidade.

O *terceiro caso*, também de interação indireta, implica no desempenho de comportamentos socialmente aceitáveis de produção / transformação dos lugares. Difere da anterior por admitir um lapso de tempo entre os indivíduos que interagem num espaço, e ainda por admitir que a ação de cada indivíduo seja de transformação

do espaço, ao invés do simples uso (a expressão de cada indivíduo está contida na sua ação de transformação do lugar). A comunicação aqui, diferente do primeiro caso, que usa a linguagem, e do segundo, a imagem, usa os objetos urbanos.

Aferição da urbanidade

Visto que urbanidade é interação entre pessoas, seja direta absoluta, direta facilitada pelo espaço urbano, indireta no espaço urbano ou ainda indireta através do espaço urbano, sua verificação está inevitavelmente associada a algum tipo de monitoramento e registro de interações, coisa que não é fácil de ser obtida. Cada situação característica de urbanidade, conforme aqui definido, apresenta uma dificuldade correspondente. Só como exemplo, a urbanidade eventualmente contida na interação direta entre pessoas não pode ser identificada apenas pela presença de pessoas; envolve o uso de gestos e palavras, cujos sentidos precisam ser decodificados e dispostos em uma escala de intensidade (aferição por grau), associados a elementos de referência (aferição por pertencimento) ou classificados por tipos ou padrões (aferição por ocorrência simples). Assim, uma aferição de urbanidade não estaria realizada apenas pela verificação da quantidade de pessoas presentes num determinado lugar, mas envolveria a natureza da interação entre elas, bem como um código de referência para aquele lugar, ou classe de lugar. Apenas para ilustrar o grau de dificuldade disso, pode-se lembrar que mesmo casos clássicos de interação virtuosa entre pessoas, como parar para conversar na calçada, ou andar lentamente, abraçado a alguém podem ser registrados como impróprios em situações em que isso obstrua o fluxo intenso de pessoas.

Argumenta-se com freqüência que a densidade de pessoas co-presentes nos espaços públicos seria um denotador de urbanidade, já que mais gente aumentaria a probabilidade de ocorrer atos de urbanidade. Assim, lugares centrais teriam mais urbanidade que subúrbios e, logo, uma propriedade espacial associada à urbanidade. Pelo exposto aqui se pode discutir a validade do argumento, considerando que, primeiro, lugares densos desenvolvem um padrão de urbanidade diferente do verificado em lugares menos densos, e isso não representa perda ou ganho de urbanidade. Persiste ainda, para qualquer caso, a possibilidade de atos de urbanidade

ocorrer – e são efetivamente comuns – como derivados de dificuldades impostas pelos lugares, o que implicaria em urbanidade apesar dos lugares. O problema aqui é que eventuais manifestações de urbanidade podem ser encorajadas tanto por situações ambientais favoráveis como desfavoráveis, o que introduz uma impossibilidade lógica de associar características espaciais a comportamentos sociais.

Progredindo na lista de tipos de urbanidade, a interação indireta (comportamento na presença de outros) talvez possa ser mais bem flagrada, particularmente com a proliferação de CCTVs nos lugares públicos, mas tanto este quanto o anterior são casos em que a cidade ainda não faz parte; sua introdução só torna as coisas mais complicadas. A associação de situações espaciais/morfológicas particulares a diferentes tipos ou graus de interação interpessoal é altamente incerta, visto que um mesmo lugar pode sediar uma interação e o seu oposto, o que faz retroceder à questão básica referente aos códigos que interfaceiam pessoas e lugares.

A rigor existe apenas uma situação em que os atributos de uma interação estão (quase) inteiramente disponíveis ao exame, que é a interação congelada, presa nos próprios objetos que compõem o lugar. De fato, a grande maioria das situações urbanas existentes é composta por uma coleção mais ou menos extensa de objetos bi e tridimensionais, produzidos em diferentes tempos por diferentes indivíduos. Cada um, entretanto, é parcialmente definido em função de seus antecessores, constituindo, assim, uma interação entre produtores de objetos deslocados no tempo, porém presentes num mesmo espaço. O exame das características de cada objeto à luz de suas pré-existências pode indicar (assumindo que toda ação de produção pressupõe algum código de urbanidade) como a urbanidade implícita na construção da cidade era entendida no momento de sua produção. Permite inclusive proceder a um achatamento do tempo, na forma do exercício de avaliação da urbanidade de toda a coleção de objetos segundo os critérios de urbanidade de um só tempo (presente), a despeito de terem sido produzidos a tempos diferentes.

O procedimento interativo a que me refiro consiste na inserção de novos objetos urbanos num contexto pré-existente de outros objetos; nessa situação o novo objeto deve necessariamente se relacionar de alguma forma com os pré-existentes, numa interação virtuosa indireta entre pessoas, que dispensa a co-presença. Mesmo distantes no tempo, indivíduos estarão dialogando através dos objetos que inserem na manufatura urbana. A semelhança com as ocorrências de urbanidade tradicional –

interações casuais, de curta duração e sem conseqüências, voltada apenas à celebração da virtude, é quase integral.

Dado que cada nova inserção ocorre deslocada no tempo em relação às anteriores, sua implementação requer uma determinada leitura do discurso até então realizado pelos interlocutores; isso envolve a suspensão do tempo, a compressão de diferentes formas de urbanidade, de diferentes momentos do passado, numa estrutura discursiva única a ser usada como chave para a formulação desse novo acréscimo (Krafta, 1994). Outro componente interessante disso é que a nova inserção não apenas se pauta pelas chaves locais, mas pode, e freqüentemente o faz, se pautar por chaves mais gerais, ou seja, representar a reação do autor a proposições gerais sobre a cidade. A aferição da urbanidade contida em cada lugar fica, assim, associada à possibilidade de se identificar essas diferentes pautas e suas interferências múltiplas, tanto do lugar quanto do mundo da cidade.

Impressões digitais de urbanidade

O quê esperar de uma manufatura urbana construída ao longo de décadas ou mesmo séculos, por sucessivas inserções de novos elementos postos em relação a uma coleção de elementos prévios, originados, tal como este último, de inserções diacrônicas? Sujeitas à *tensão histórica* de que fala Nystuen (1968), cidades vistas desde o ponto de vista de sua morfologia são fenômenos de diversidade, guiadas não apenas pela rápida evolução das demandas da vida social e econômica, mas também pela inovação em materiais, técnicas, linguagens formais, etc. Nystuen sugere que a tensão histórica é uma força inerente à cidade, resultante da diferença de velocidade da evolução dos costumes e necessidades (rápida) e das estruturas físicas (lenta), que faz com que todo indivíduo viva literalmente numa cidade que demanda constante adaptação.

Nesse sentido, um pressuposto básico desse tipo de urbanidade material que estou tentando descrever é justamente a presença de objetos de diferentes idades, e, ainda mais, modificados por sucessivas adaptações. Antes disso ainda, poder-se-ia dizer que o primeiro e mais fundamental pressuposto é a existência de objetos urbanos de diferentes autores, desde que a interação entre indivíduos continua valendo. Projetos unitários, de um autor, vistos isoladamente, são por definição,

destituídos de urbanidade; na verdade são casos raros que, mesmo existindo num determinado momento, estão fadados a adquirir urbanidade por força da evolução.

Meu primeiro pressuposto, agora formulado mais precisamente “urbanidade da forma somente está presente quando os diferentes objetos que a compõem derivam de ações de diferentes indivíduos” estabelece a aderência desse tipo de urbanidade ao conceito geral de urbanidade, relativo à interação entre indivíduos. Há aqui uma elasticidade a ser considerada, aquela relativa à grandeza da observação; com efeito, quanto mais local e geograficamente restrita a observação, maior a probabilidade de haver quebra desse pressuposto. Ao contrário, nas maiores grandezas, a presença de mais de um autor é praticamente garantida. Meu segundo pressuposto, cujo enunciado é “urbanidade da forma está presente quando os diferentes objetos que a compõem são diacrônicos” é outra garantia de aderência ao conceito mais geral, em que cada ato de cada agente se reporta a ato ou atos de outro agente e são, assim, seqüenciais.

Considerando as situações em que os dois pressupostos fundamentais são atendidos, uma nova condição pode ser imposta, qual seja identificar e eliminar, em cada objeto, aquelas expressões protocolares a que eventualmente esteja submetido independente da vontade, ou seja, os componentes involuntários da interação de cada indivíduo com outro indivíduo. Imposições à definição de um objeto urbano podem ser normativas, como as eventuais regras rígidas de planos reguladores (pouco freqüentes quanto à volumetria, mas muito freqüentes quanto à definição de uso), ou legais, como por exemplo, a impossibilidade de construir sobre e acima do espaço público.

Mais uma vez, o objetivo deste terceiro pressuposto, enunciado como “urbanidade na forma urbana está presente quando a interação entre diferentes objetos ocorre como ato de vontade, portanto fora dos constrangimentos impostos pelos diversos protocolos que regem a produção da cidade”, aderente ao conceito mais geral, visa tomar urbanidade como uma atitude espontânea de um indivíduo em consideração a outro.

Alcançando uma situação em que cada objeto representa a expressão livre de um indivíduo no contexto de um conjunto de outros com as quais vai interagir, qualquer interface entre diferentes objetos de diferentes autores pode ser considerada manifestação de urbanidade. Entra-se aqui, então, num novo domínio, relativo a identificar diferentes tipos de urbanidade, a começar pelos mais simples.

Provavelmente o mais simples de todos, quase caricatural, é aquele em que *o novo objeto se insere segundo as mesmas regras obedecidas pelos outros, pré-existentes, do seu contexto*. A repetição das regras do entorno vão desde o uso de geometria, proporções, ornamentos na edificação, até o seu posicionamento em relação a outros objetos bi e tridimensionais. É claro que objetos muito próximos no tempo terão maior probabilidade de serem semelhantes sem configurar uma caricatura.

O segundo tipo, mais elaborado, mas ainda limitado, é o caso em que *cada novo objeto preserva o domínio espacial dos seus predecessores, constituindo então uma diferenciação por justaposição e contribuindo para manter um contexto de pequenas unidades mediadas por separações*. A justaposição aparenta ser uma urbanidade refinada, democrática, e conservadora.

O terceiro caso, mais complexo, é a situação em que cada novo *objeto intercepta e transforma o domínio espacial de um ou mais predecessores, contribuindo para transformar o conjunto em que se insere mediante o amalgamento de pequenas unidades em um conjunto maior*.

O meu primeiro tipo de urbanidade, cujo enunciado é “urbanidade da forma urbana pode ser expressa através da inserção de sucessivos objetos visando à homogeneidade” envolve a tentativa de contornar a tensão histórica através da emulação de regras de convivência do passado entre objetos urbanos. Isso é tido por alguns arquitetos como uma manifestação de civilização, Caniggia (1979) está entre os mais notáveis. Aldo Rossi, em seu “A arquitetura da cidade” (1970) prega algo semelhante ao propor o dualismo monumento - entorno, no qual este, para honrar a denominação, deveria manter homogeneidade através do tempo. Haveria variações nesta categoria, dependendo de como se define o domínio temporal de uma regra de interação entre objetos urbanos, na medida em que determinadas regras, verificadas no passado (o alinhamento de prédios adjacentes, formando fachadas contínuas, por exemplo) são opções “naturais” ainda hoje. De qualquer forma, havendo escolha, a opção pela regra da pré-existência revela uma atitude de continuidade.

Meu segundo tipo de urbanidade, enunciado como “urbanidade da forma pode ser expressa através da inserção sucessiva de objetos, formando uma diversidade de domínios locais homogêneos”, envolve um compromisso com a tensão histórica pela justaposição de fragmentos homogêneos, porém diferentes uns dos outros. Esta seria, em certa escala, a proposição de Rowe e Koetter (1981) em sua “Collage City”. Enquanto o domínio de ocorrência da urbanidade anterior é o de escala

muito local, quase exclusiva às edificações, este segundo tipo tende a ocorrer nas adições de fragmentos urbanos, como loteamentos ou conjuntos urbanísticos, os quais, por sua vez, poderão ser operados subsequente no grão mais fino. Este é um tipo de urbanidade bem mais afinada com o sentido geral da evolução dos sistemas, o urbano entre eles, qual seja, o sentido da diversificação. Criando diversidade, a cidade sempre aumenta sua capacidade de prover suporte para mais gente, mais atividades e mais interação.

Meu terceiro e último tipo de urbanidade, cujo enunciado poderia ser “urbanidade da forma pode ser expressa através da inserção sucessiva de objetos que alteram a composição pré-existente e constroem uma nova ordem”, sugere aceitar a tensão histórica como verdadeiro vetor de interação no espaço através do tempo e, assim, geratriz de urbanidade pela superposição de objetos, situação em que todos – novos e pré-existentes – resultam transformados de alguma maneira. O espectro de possibilidades de ocorrência deste tipo de urbanidade é imenso, vai desde a menor escala possível, de adição de partes novas a edificações pré-existentes, passando por sutis e pequenos objetos que somente conseguem adicionar uma nova ordem aos conjuntos em que se inserem mediante a subversão de uma ou mais regras desses entornos, a fragmentos de tecidos urbanos, a áreas inteiras, a cidades em regiões.

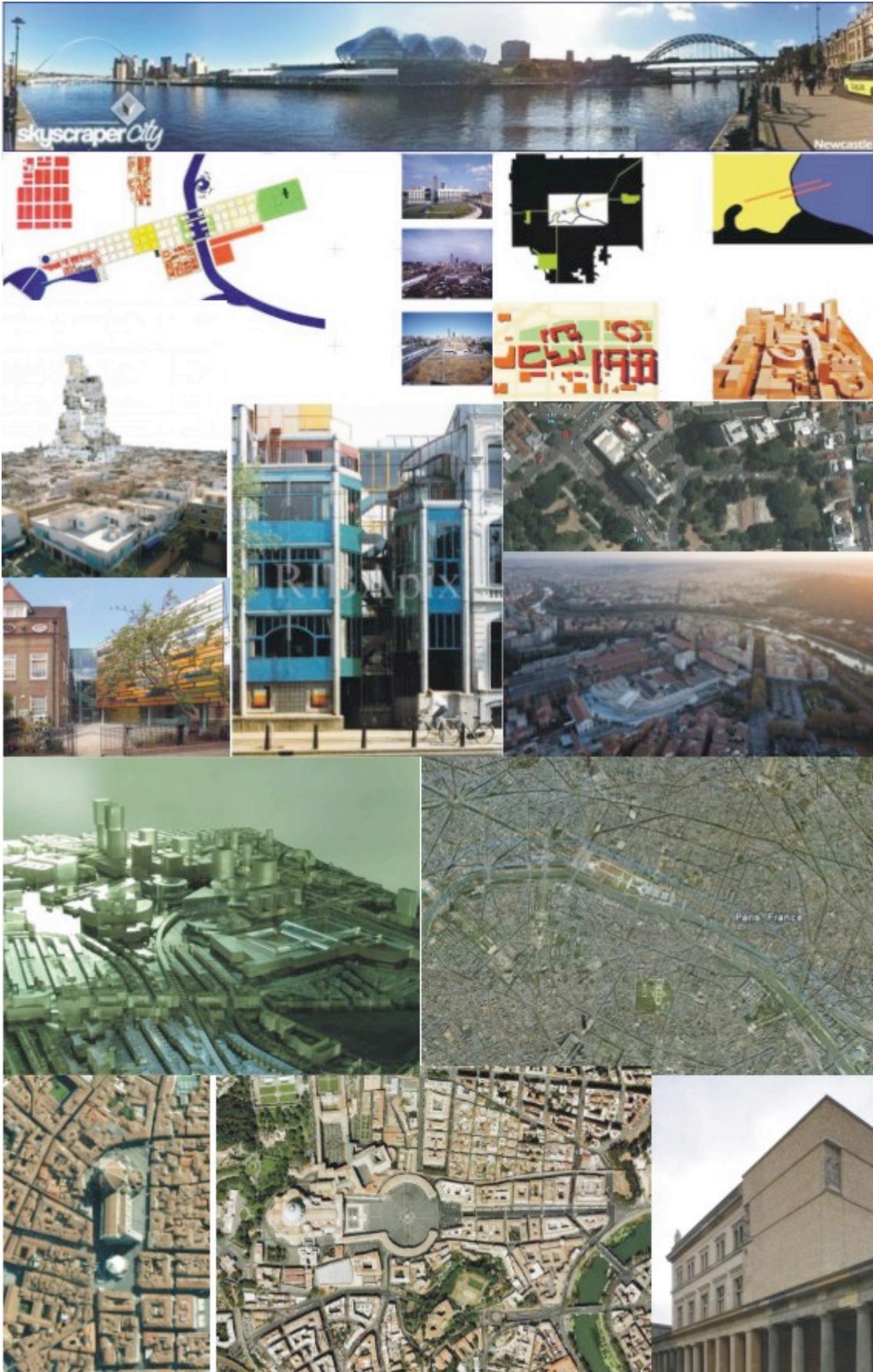
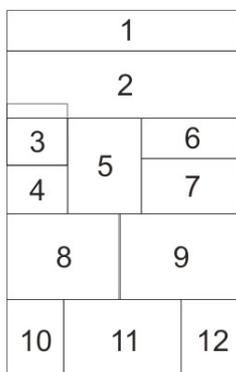


FIGURA 1: Uma coletânea de casos de urbanidade da forma. De inserções minúsculas a grandes extensões de tecido urbano, as imagens procuram ilustrar algumas possibilidades de interação entre indivíduos através de adaptações/transformações de lugares urbanos.



1- Newcastle Upon Tyne, 2- Des Moines Vision Plan (Agest & Gandelsonas), 3- Medina Vertical (OMA), 4- Clapham Manor Primary School (dRMM), 5- Hubertus House (A van Eyck), 6- Parque Moinhos de Vento (J Morbini), 7- Maxxi National Museum Rome (Z Hadid), 8- White City Master Plan London (OMA), 9- Paris depois do Plano Haussman, 10- Duomo de Florença 11- Basilica & praça de S Pedro em Roma, 12- Neues Museum Berlin (D Chipperfield)

Urbanidade da forma e arquitetura

O desenvolvimento de meu argumento levou a algumas conclusões aparentemente contra-intuitivas. Com efeito, pelo menos este último tipo urbanidade, de maior grau de elaboração e de transformação do ‘texto urbano’, aponta para situações urbanas de conflito, diversidade, e até ruptura e destruição criativa. Isso, à primeira vista, se choca com a noção difusa, prevalente entre muitos arquitetos, de uma urbanidade feita de continuidade, alguma harmonia e unidade. Por que seria assim?

Para tentar explicar, vou me valer, aqui, de um texto notável de Mario Gandelsonas, “The city as the object of Architecture” (1999) que trata das fantasias imaginadas pelos arquitetos, focadas no seu objeto de desejo: a cidade. Segundo Gandelsonas,

“... o objeto da fantasia nem existe na realidade das cidades nem pode ser literalmente realizado (por exemplo, as cidades de Corbusier),... e ele se pergunta... por que os arquitetos fantasiam uma cidade totalmente diferente da existente... Sua hipótese, entre outras,... é o desejo de domesticar as selvagens forças econômicas e políticas que sacodem o corpo da cidade, para impor ordem... A fantasia arquitetônico-urbana – um universo arquitetônico de edifícios em que a

cidade é o maior deles – preenche uma lacuna fundamental da disciplina, o vazio deixado pela perda da relação entre projeto (arquitetura na mente) e o edifício propriamente dito (construção da realidade)... A fantasia implica na redução da realidade físico-espacial da cidade ao status de uma edificação arquitetônica... O grande obstáculo da arquitetura, que tem sido sempre dependente de noções totalizadoras – a cidade como edifício ou a cidade como rede de monumentos – é a resistência da cidade à noção de ‘todo’. Outro obstáculo da arquitetura é a sua resistência à dimensão temporal em que o processo urbano acontece... arquitetura é muito lenta ou muito rápida, ela reconstrói o passado ou projeta um futuro impossível, mas nunca se insere na contingência do presente urbano.”

Podem-se ver aí algumas pistas da gênese do valor que arquitetos atribuem à urbanidade da forma da cidade: controle e atemporalidade. Controle é necessário para colocar no lugar certo, com as características certas, uma grande quantidade de objetos urbanos bi e tridimensionais, os quais, dada a quantidade e a ausência de relações fixas entre eles, poderiam assumir qualquer composição. Atemporalidade está implícita na manutenção da composição, já que modificações poriam a perder as qualidades alcançadas com esforço e cuidado. Como a cidade é uma metamorfose contínua, essa própria noção de urbanidade é uma fantasia, depende da suspensão do tempo e da vontade dos agentes envolvidos na produção da cidade. Curiosamente, Gandelsonas propõe como saída do impasse entre uma fantasia irrealizável e uma volta ao passado (“entre compromisso arquitetônico apolítico a um fetichismo do objeto e a desesperança de um urbanismo aderido ao passado como forma de obstruir o futuro”) certa ‘re-escrita da cidade’, caracterizada por...” liberdade de inventar novas articulações entre arquitetura e cidade e dever de cruzar através da cidade para lidar com a sua supressão histórica pela fantasia, e NÃO pela afetividade do desejo.”... (uau!)

Assumindo a hipótese de Gandelsonas (mesmo apesar da proposição) como capaz de descrever boa parte da ideologia arquitetônica presente na literatura e na prática atual, pode-se concluir que urbanidade da forma, pensada como uma espécie de síntese das qualidades urbanísticas é parte da fantasia que a povoa e assombra, fantasia que oscila entre imagens do passado – a animação das ruas centrais das cidades européias do século XIX, congeladas no tempo, ou re-construídas na forma de *open malls*, ou ainda supostamente induzidas a partir de arranjos configuracionais – e miragens de cidades inteiramente novas.

Urbanidade da forma urbana e ciência da cidade

Na fronteira do conhecimento sobre sistemas complexos encontram-se hoje teorias como Criticalidade Auto-Organizada, Dissipação ou Sinérgica, todas tentando explicar a dinâmica instável de muitos fenômenos da natureza e da sociedade, a cidade entre eles. Esta qualifica para comparecer entre os fenômenos chamados complexos em função das características básicas de possuir uma quantidade muito grande de componentes e/ou agentes, uma interação entre componentes e/ou agentes baseada em regras locais que implica falta de coordenação e visão imperfeita do sistema em escalas maiores e finalmente, como consequência, estados macroscópicos resultantes da ação simultânea desses muitos agentes e/ou componentes, geralmente imprevisíveis. Os macro-estados de sistemas desse tipo bem poderiam ser caóticos, destituídos de qualquer sentido de ordem ou estrutura, entretanto observa-se a formação de ordem e persistência de estruturas na sua dinâmica, cuja emergência supõe-se ter a ver com a natureza mesma do fenômeno e não devida apenas a restrições e estímulos externos. Estes serviriam para promover a dinâmica, mas não para dar-lhe forma e caráter.

Uma das mais instigantes é justamente a *criticalidade auto-organizada*, que difere das demais por admitir certa irreversibilidade do processo de mudanças. Com efeito, enquanto dissipação ou sinérgica sugerem fenômenos elásticos que assumem certa ordem, em função dos estímulos externos, e retornam à condição anterior caso esses estímulos se modifiquem, a Criticalidade auto-organizada admite uma dinâmica com flecha de tempo, irreversível. Em sua formulação mais simples, diz-se que alguns sistemas desenvolvem uma dinâmica que tende a alcançar e permanecer nas proximidades de um ponto crítico. Alcançar esse ponto significa passar por mudanças estruturais. A imagem ilustrativa mais popular da teoria de Bak (1988) é o monte de areia, cujo ponto crítico é o ângulo máximo que a sua aresta inclinada consegue assumir; à medida que o monte cresce, esse ângulo aumenta até atingir o ponto crítico, quando ocorre uma avalanche. Supondo um contínuo acréscimo de grãos de areia, o monte tenderá a se manter próximo da inclinação máxima, com sucessões de avalanches e reconstruções, independente do tamanho.

Supõe-se que a cidade apresente comportamento crítico em várias dimensões, como por exemplo, nos fluxos viários, ou na relação entre pontos de oferta de serviços e extensão das áreas de residentes consumidores desses serviços (Batty & Xie, 1998). Em trabalho recente, Krafta e colegas (2010) sugerem que a forma construída urbana também pode ter uma dinâmica orientada pela criticalidade. O argumento assume que localizações intra-urbanas são objeto de constante aumento de valor locacional devido ao crescimento urbano. Supondo que o terreno seja uma parcela fixa do valor total de um investimento imobiliário, o contínuo aumento de seu valor gera uma expectativa de rendimento imobiliário que cada vez se distancia mais do real, dado por uma edificação que envelhece e a cada ano que passa fica mais distante de uma ocupação condizente com o valor do terreno. Esse processo conduziria fatalmente à substituição da edificação por outra, mais valiosa, a cada período de tempo, dependendo do ritmo de crescimento urbano. A incidência do mesmo vetor sobre muitas (a virtual totalidade) das edificações urbanas criaria um estado de permanente tensão, com ocorrências permanentes de substituição de estoques.

Este enunciado teórico, suportado também por Wheaton (1982) e Constantinou (2007), tem implicação direta na questão em discussão aqui, relativa à urbanidade. Sugere que a forma urbana, particularmente aquela das áreas mais centrais de uma cidade, está submetida a uma força crescente que conduz à mudança, e não apenas uma trivial substituição de algumas edificações por outras, mas uma mudança sistemática que elimina edificações e as substitui por outras de tipo diverso, com maior valor.

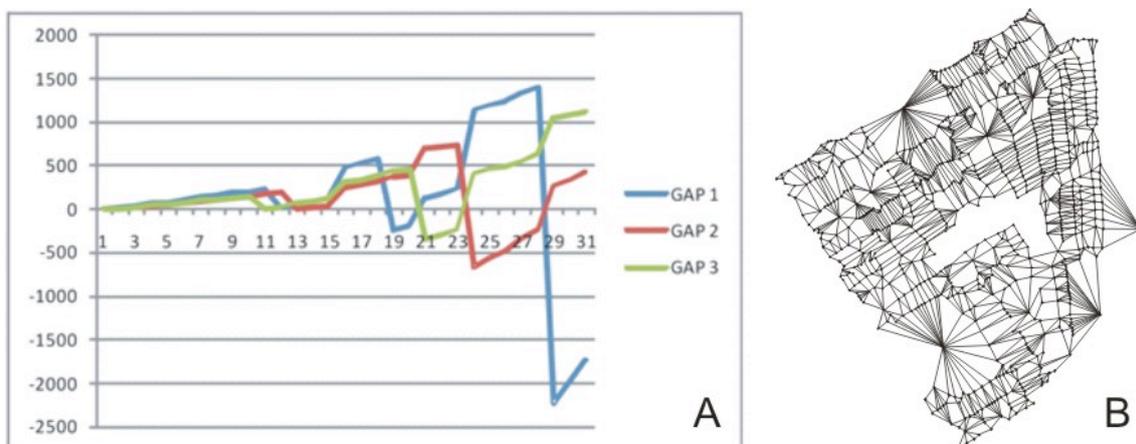


FIGURA 2: A: Curvas de Krafta et al que mapeiam o diferencial entre renda real e esperada para três células de um sistema teórico. As oscilações mostram o diferencial aumentando até o ponto de ocorrer a

substituição da edificação velha por outra nova, que restaura a equidade entre os dois valores; B: Grafo de Constantinou representa o sistema da forma construída do Bairro Santana, em Porto Alegre, a partir do qual foi obtida a simulação de dinâmica de estoques do bairro, segundo 11 tipos edilícios diferentes ao longo de aproximadamente 100 anos, quando emergiram padrões claros de mudança da forma construída urbana.

Estas indicações oferecem uma plataforma segura para, uma vez mais, considerar as formas possíveis de urbanidade da forma. Minha primeira alternativa, de inserção de novos objetos num sentido geral de continuidade revela-se essencialmente falacioso, impossível a não ser através de imposição de regulamentos urbanos que forcem a continuidade. Com efeito, a única outra situação possível em que o valor locacional decresce e, com isso, permite supor a substituição de um objeto arquitetônico por outro igual, é aquela em que a cidade também decresce!

Minha segunda alternativa, de inserção de novos objetos segundo justaposição de homogeneidades locais, resulta igualmente falaciosa no longo prazo, visto que a inevitável decadência dos estoques, combinada com o crescimento urbano gera perda de eficácia socioeconômica e, logo, substituição de objetos arquitetônicos por outros, de diferentes tipos.

A única alternativa de urbanidade da forma compatível com o tipo de evolução urbana admitida pela ciência urbana contemporânea é a terceira, que emerge da constante adaptação da cidade aos requerimentos das pessoas e das instituições. Esta, embora aparentemente selvagem e oposta ao sentido comum de urbanidade, seria a urbanidade possível e necessária à continuidade do processo urbano.

Urbanidade da forma urbana e auto-organização

Na atualidade a cidade parece estar firmemente estabelecida sob o guarda-chuva da auto-organização, ou seja, há quase unanimidade quanto à natureza complexa e auto-organizativa da cidade. Entretanto a auto-organização, ao permear o discurso da Arquitetura, como acontece com quase tudo que o faz, deixa de ser um enunciado teórico e passa a ser ideológico. Na teoria, auto-organização, formulada como uma tentativa de explicar a natureza da cidade, não é nem ruim nem boa, apenas é. Mas não para a Arquitetura, para a qual interessa menos entender o mundo que modificá-lo. Ao migrar da ciência para a arquitetura, auto-organização torna-se ideologia, e

como tal, cria dois campos, dos adeptos e dos adversários. Os que a ‘defendem’ tomam auto-organização como expressão legitimadora do participacionismo, a saber, aquela ideologia que prega a sabedoria do povo e a entende oposta e superior à sabedoria especializada dos intelectuais. Os que a ‘atacam’ tomam auto-organização como expressão do liberalismo perverso, a saber, aquela ideologia que prega a liberdade individual, a livre iniciativa e presumivelmente a exploração do homem pelo homem. Curiosamente ambas podem ser bastante comprometedoras para a integridade da ação projetual e mesmo para a construção do conceito de urbanidade da forma; os que combatem o liberalismo o fazem, no âmbito da cidade, através de um planejamento normativo focado no combate à especulação, ao capital imobiliário, à livre iniciativa de maneira geral, impondo com isso perspectiva conservadora à forma urbana. O Estatuto da Cidade é um bom exemplo de como ver a cidade como um mero instrumento de luta política. Por outro lado, uma visão idílica de um mundo de harmonia no qual todas as pessoas são imbuídas de solidariedade também implica um rebaixamento do projeto a mero instrumento auxiliar de fixação de virtudes já latentes na ‘comunidade’. Semelhantemente, as urbanidades derivadas de ambas são conservadoras.

Na comparação com sistemas do mundo natural, as cidades são peculiares por terem agentes inteligentes, que aprendem e assim agem diferentemente conforme as circunstâncias e a passagem do tempo. Nesse sentido, a auto-organização nos sistemas urbanos precisa levar em conta vários aspectos dessa peculiaridade. A primeira delas é que muitas regras de interação entre agentes, mesmo sendo de origem local, passam por um processo de filtragem para cima e se tornam regras gerais, a diferentes níveis (regulamentos, normas, leis). Uma segunda peculiaridade é que a interação entre agentes urbanos leva à produção de uma estrutura (a cidade) que, uma vez produzida, é incorporada como limitador de futuras interações por muito tempo. Com efeito, a concretude e durabilidade da cidade fazem com que decisões sejam irreversíveis. Uma terceira peculiaridade é a que identifica diversidade dos agentes quanto a preferências e capacidade de agenciamento. Essa diversidade não significa, entretanto, que o sistema é predominantemente aleatório e que qualquer regra pode valer, nem muito menos que o sistema resulta mais instável e volúvel; significa apenas que os mecanismos de mudança são mais complicados. A cidade parece, então, ser um sistema que desenvolve uma auto-organização contaminada, por assim dizer, por regras mais ou menos globais, pela persistência de efeitos de

decisões anteriores e pelo poder de certos agentes que arrastam outros; pouco plástico e pleno de tentativas-e-erros.

Finalmente, para situar urbanidade da forma nisto, é preciso considerar que:

- a) interação entre agentes pertencentes a diferentes segmentos é mais difícil, logo, mais preciosa, desejável e virtuosa;
- b) interação entre agentes de diferentes poderes é mais difícil, logo mais preciosa etc. etc.;
- c) objetos e arranjos urbanos são duradouros, logo, não deveriam ter em vista apenas a dimensão local e momentânea da interação entre agentes envolvidos. Uma vez mais as noções de superposição, de fronteiras porosas, de ruptura da unidade parecem ser as melhor associadas à noção de urbanidade.

Conclusões

A principal conclusão a que cheguei foi o seguinte encadeamento conceitual:

- a) Urbanidade, uma qualidade da interação entre pessoas no ambiente urbano, pode ser ampliada para incluir a cidade como parte relevante da interação;
- b) Dentre as várias possibilidades de ‘computar’ a cidade como parte da equação geral da urbanidade, a mais objetiva é a que considera o ambiente urbano como resultante de uma interação entre indivíduos através do tempo. A forma urbana seria, assim, uma espécie de manifestação de urbanidade petrificada;
- c) Dentre as possíveis formas de aferir urbanidade – graus de intensidade, graus de pertencimento e padrão dominante, esta, que toma urbanidade simplesmente como agregação de comportamentos individuais socialmente aceitáveis, sem valoração, porém com manifestação de diferentes padrões, seria a mais efetiva;
- d) A urbanidade da forma pode assumir pelo menos três padrões distintos: por homogeneidade genérica, por diversidade de fragmentos homogêneos justapostos, e por heterogeneidade;
- e) O primeiro padrão é caricatural, o segundo é falacioso e o terceiro responde melhor aos requerimentos sociais e está mais bem alinhado ao sentido geral de evolução das cidades.
- f) Como conclusão das conclusões, urbanidade da forma não tem nada a ver com aprisibilidade dos lugares, ou com lugares animados, e sim com capacidade de mudança.

Estas conclusões foram obtidas por pura dedução, sem envolver, assim, nenhuma observação empírica, isolada e muito menos agregada, assim como nenhuma operação simulatória; não obstante se valeu de operações simulatórias realizadas fora do escopo deste trabalho para lhe oferecer alguma evidência.

Referências

- Bak, P, Tang, C Wiesenfeld, K (1988) Self-organized Criticality, *Physical Review A* 38, 364—374
- Batty, M e Xie, Y (1998) Self-Organized Criticality and Urban Development, *Discrete Dynamics in Nature and Society* 3, 109—124
- Caniggia, G. e Maffei, G.L. (1979) *Composizione Architettonica e Tipologia Edilizia*; Veneza, Marsilio Editori
- Constantinou, E e Krafta, R (2007) Built Form Change: Randomness and Emergence of Space-Time Patterns, *Proceedings of the International Seminar on Urban Form*, Ouro Preto
- Fox, K (2005) *Watching the English, the Hidden Rules of English Behaviour*, London, Hodder & Stoughton
- Gandelsonas, M (1998) The city as the object of Architecture, *Assemblage* 37, ou ... (1999) *X-Urbanism: Architecture and the American City*, Princeton Architectural Press
- Krafta, R, Netto, V e Lima, L (2010) Urban Built Form Grows Critical, *Proceedings of the European Conference on Complex Systems*, Lisbon, ECSS.
- Krafta, R (1994) A história um estado inicial, *Seminário de história da cidade e do urbanismo* 3, São Carlos
- Nistuen, J (1968) Identification of some fundamental spatial concepts, in J Berry (ed) *Spatial Analysis*, N Jersey, Prentice
- Rowe, C and Koetter, F (1981) *Collage City*, MIT Press
- Wheaton, W (1982) Urban spatial development with durable but replaceable capital; *Journal of Urban Economics* vol 12